



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 523780 - SP (2019/0219988-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
IMPETRANTE : VIVIANE SOUSA SANTOS FREIRE  
ADVOGADO : VIVIANE SOUSA SANTOS FREIRE - SP0220786  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PACIENTE : NEUZA VICENTE DA SILVA  
CORRÉU : VIVIANNE JORGEA FERREIRA DA SILVA  
CORRÉU : ANDRE VITAL DOS SANTOS  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE REVOGOU A PRISÃO DOMICILIAR ANTERIORMENTE DEFERIDA. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA ( **250KG DE COCAÍNA**) ARMAZENADA NO IMÓVEL EM QUE RESIDIAM A PACIENTE E SEU FILHO DE 8 (OITO) ANOS DE IDADE. ENVOLVIMENTO COM FACÇÃO CRIMINOSA. ELEMENTOS COLHIDOS NO CURSO DA INSTRUÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SITUAÇÃO EXTRAORDINÁRIA CONFIGURADA. ORDEM DENEGADA.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de NEUZA VICENTE DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2265978-76.2018.8.26.0000.

A Paciente e outros dois corréus foram presos em flagrante, em 25/09/2017, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Em 26/02/2018, o Juízo singular deferiu a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, pois a Paciente é mãe de criança de 8 (oito) anos de idade.

Na sentença condenatória, proferida em 15/08/2018, a Paciente foi condenada à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 2.160 (dois mil cento e sessenta) dias-multa, pela prática dos crimes dos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006. Na oportunidade, o Magistrado sentenciante **revogou a prisão domiciliar** concedida à Acusada e determinou a expedição do mandado de prisão.

Consta da sentença que (fl. 131; sem grifos no original):

*"Os réus foram flagrados em imóvel retratado por laudo de exame pericial acostado aos autos (fls. 269/279) na posse de impressionantes 240 sacos*

*(pesando 236.800 gramas) e 30.000 papelotes com cocaína (pesando 25.065,3 gramas). O aparato descoberto, como se disse acima, é de escala industrial. Os três, admitiu Vital na fase policial, chegaram a receber 120 quilos por dia para a embalagem, produzindo 150.000 unidades diárias. A produção semanal, de acordo com o depoimento do policial Claudio Roberto, girava em torno de 450.000 unidades de um grama de cocaína. Causam espanto as imagens fotografadas do maquinário em funcionamento (fls. 289/300)."*

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, cuja ordem foi denegada (fls. 24-27).

Nas razões deste writ, a Impetrante sustenta que a "*paciente é mãe de um menino de 8 anos, Diego Alexandre Vital da Silva, nascido em 07/01/2010 e dispensa todos seus cuidados ao filho menor. Era a mesma que cuidava da criança na sua integralidade*" (fl. 9).

Argumenta que "[n]ão houve alteração processual na condição da paciente que justificasse a revogação da prisão [domiciliar], sendo que a sentença condenatória não é definitiva sendo guerreada por recurso de Apelação" (fl. 9).

Alega que "*nos autos do HC 152.932, foi concedida a ordem, de ofício, para determinar a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, ressaltando-se a aplicação concomitante das cautelares alternativas à prisão, elencadas no artigo 319 do CPP*" (fl. 11).

Requer, inclusive liminarmente, seja restabelecida a decisão proferida em 26/02/2018, que substituiu a prisão preventiva pela domiciliar, "*determinando-se a imediata expedição de **CONTRAMANDADO DE PRISÃO***" (fl. 11).

O pedido liminar foi indeferido pelo Exmo. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, no recesso forense (fls. 165-166).

As informações foram prestadas às fls. 172-192.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 194-203).

É o relatório. Decido.

Ao deferir a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, o Juízo singular ressaltou o seguinte (fls. 54-55; grifos no original):

*"A acusada é mãe de criança de 8 anos de idade, conforme provado por certidão de nascimento (fls. 797).*

*Além disso, ela é primária e não possui antecedentes criminais (fls. 563).*

*O crime a ela imputado, apesar de gravíssimo (tráfico de drogas relacionado a mais de duzentos e cinquenta quilos de cocaína), não tem elementares típicas de violência ou grave ameaça.*

*Desse modo, e considerando o parecer favorável do Ministério Público, resta apenas curvar-me à decisão do Supremo Tribunal Federal substituindo a prisão preventiva por prisão domiciliar, a ser cumprida no endereço indicado pela ré na procuração de fls. 426 [...]."*

Na sentença condenatória, o Juízo de primeiro grau revogou a substituição com base na seguinte fundamentação (fl. 135; grifos diversos do original):

**"Revoga-se a prisão domiciliar concedida à ré Neuza Vicente da Silva. As circunstâncias em que praticados os crimes e as penas a ela impostas revelam a excepcionalidade do caso a permitir a custódia cautelar, nos termos do HC 143641 de relatoria do Eminente Ministro Ricardo Lewandoski. A ré, com efeito, não nega residisse no imóvel onde apreendidos 250 quilos de cocaína com o filho de 8 anos de idade. Além disso, restou provado seu envolvimento com uma organização criminosa responsável pelo abastecimento de cocaína de parte da Capital. Não há, diante de tais evidências, como mantê-la em prisão domiciliar. Sua influência sobre a criança é, ademais, nefasta, o que se depreende da natureza dos crimes revelados. Expeça-se mandado de prisão imediatamente."**

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a revogação da prisão domiciliar nos seguintes termos (fls. 26/27; sem grifos no original):

**"Realmente, a natureza e quantidade da droga apreendida, 250kg de cocaína, justifica, por si só, a segregação da paciente da sociedade, pelo excessivo mal que pode causar à saúde pública, atingindo um número incontável de pessoas, podendo levar os usuários da droga traficada até a morte, o que bem revela a frieza, indiferença e, conseqüentemente, periculosidade da paciente, de modo a justificar a manutenção de sua custódia, para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.**

[...]

**Ao contrário do alegado pela impetrante, houve sim alteração processual, que justificasse a revogação da prisão domiciliar.**

**Conforme consta da certidão do oficial de justiça (fls. 1266 dos autos principais) a paciente Neuza não reside mais no local indicado por ela, onde deveria cumprir sua prisão domiciliar, sem sequer deixar o endereço onde passaria a residir, demonstrando o descumprimento das condições que lhe foram impostas, o denota o acerto na r. decisão ora atacada, de modo a justificar a manutenção da decretação de sua custódia, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, inclusive para garantia da aplicação da lei penal."**

É certo que o Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* coletivo (HC n.º 143.641/SP, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI) às mulheres presas, gestantes, puérperas e mães de crianças menores de doze anos de idade ou portadoras de necessidades especiais, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, **em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos Juízes que denegarem o benefício.**

Ademais, em 19/12/2018, foi editada a Lei n.º 13.769, que incluiu o art. 318-A ao Código de Processo Penal, o qual dispõe que a prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I) não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa e II) não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Apesar da menção expressa a duas exceções aptas a inviabilizar a medida menos gravosa, nada obsta que o julgador eleja, no caso concreto, outras excepcionalidades que justifiquem a não concessão da prisão domiciliar, desde que fundamentadas em peculiaridades que indiquem a necessidade de maior rigor da medida cautelar.

Aliás, a possibilidade de excepcionar a aplicação da prisão domiciliar é ínsita ao

juízo de cautelaridade, que deve sempre guardar correspondência com a situação fática *sub judice*. Não por outra razão, decidiu o Supremo Tribunal Federal, quando da apreciação do HC 143.641/SP, pela possibilidade de condições particulares excepcionarem a incidência da prisão domiciliar.

Na sentença condenatória, ao revogar a prisão domiciliar anteriormente concedida à Paciente, o Juízo singular ressaltou que a "*ré, com efeito, não nega residisse no imóvel onde apreendidos 250 quilos de cocaína com o filho de 8 anos de idade. Além disso, restou provado seu envolvimento com organização criminosa responsável pelo abastecimento de cocaína de parte da Capital*" (fl. 135; sem grifos no original), razão pela qual concluiu que "[s]ua influência sobre a criança é, ademais, nefasta" (fl. 135), **tudo a configurar a situação excepcionalíssima que impede a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.**

Nesse sentido, *mutatis mutandis*, destaco os seguintes precedentes desta Corte:

**"RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PORTE ILEGAL DE ARMAS. PRISÃO DOMICILIAR. MÃE DE MENOR DE 12 ANOS. DELITO PRATICADO NA PRÓPRIA RESIDÊNCIA. ENVOLVIMENTO EM FACÇÃO CRIMINOSA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIDO.**

1. *É possível o indeferimento da prisão domiciliar da mãe de primeira infância, desde que fundamentada em reais peculiaridades que indiquem maior necessidade de acautelamento da ordem pública ou melhor cumprimento da teleologia da norma, na espécie, a integral proteção do menor.*

2. *É reconhecida a situação de risco por ser apontado que a recorrente utilizava a própria residência para realização do tráfico de drogas, expondo sua filha à situação de risco, porquanto há indicação da acusada como uma das principais responsáveis pelo armazenamento dos entorpecentes da organização criminosa MPA – Mercado do Povo Atitude.*

3. *A substituição do encarceramento preventivo pelo domiciliar não resguarda o interesse dos filhos menores de 12 anos de idade quando o crime é praticado na própria residência da agente, onde convive com os infantes, sobretudo quando os delitos estão ligados à organização criminosa.*

4. *Recurso em habeas corpus improvido.*" (RHC 113.897/BA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/11/2019, DJe 13/12/2019; sem grifos no original.)

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ENVOLVIMENTO COM ESTRUTURADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE ATUA NO COMÉRCIO ILEGAL DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE SE INTERROMPER AS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.**

1. *A Recorrente foi presa preventivamente, em 12/06/2019, no decorrer de investigação da suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão foram encontrados 20g (vinte gramas) de cocaína e 300g (trezentos gramas de maconha), prontos para venda, em sua residência. Em 18/06/2019, a Investigada requereu a revogação da prisão preventiva, para cuidar de seus filhos menores, sendo indeferido seu pedido.*

2. *A custódia preventiva encontra respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ante o fundado receio de reiteração delitiva, uma vez que a Recorrente, além de responder a outra ação penal pelo crime de tráfico, integra organização criminosa responsável pelo comércio ilícito de considerável quantidade de droga na localidade.*

3. *A discriminação, nos incisos I e II do art. 318-A, de hipóteses aptas a inviabilizar a concessão da medida em nada obsta que o julgador eleja, no caso concreto, outras excepcionalidades que justifiquem a não concessão da prisão domiciliar, desde que fundamentadas em reais peculiaridades que indiquem maior necessidade de acautelamento da ordem pública ou melhor cumprimento da teleologia da norma, na espécie, a integral proteção do menor.*

4. *A possibilidade de excepcionar a aplicação da prisão domiciliar é insita ao juízo de cautelaridade, que deve sempre guardar correspondência com a situação fática sub judice. 'É bom destacar que essa nova regra [art. 318-A do CPP] não implica reconhecer que a prisão domiciliar terá incidência irrestrita ou automática. Deve o julgador, como em todo ato restritivo de liberdade, proceder ao exame da conveniência da medida à luz das particularidades do caso concreto' (HC 157.084/ Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES).*

5. *Consta dos autos que a Acusada é companheira do chefe do tráfico de drogas na localidade, sendo responsável por transportar os entorpecentes em seu corpo, quando adquiridos na fronteira e difundidos em estabelecimento prisional, bem como pelo armazenamento de considerável quantidade de cocaína e maconha em sua residência, tudo isso na presença dos filhos menores, situação excepcionalíssima apta a impedir a substituição da prisão preventiva pela domiciliar. Precedentes.*

6. *Recurso ordinário em habeas corpus desprovido, com revogação da liminar anteriormente concedida. Prejudicado o pedido de extensão da prisão domiciliar à outra ação penal a que responde a Recorrente."* (RHC 118.058/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 19/11/2019; sem grifos no original.)

**"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DE DROGA APREENHIDA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. APLICAÇÃO DO VERBETE SUMULAR N.º 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA.**

1. *Na espécie, como bem ressaltaram o Juízo de piso e o Tribunal a quo, a conduta de ter em depósito 24,8 kg (vinte e quatro quilos e oitocentos gramas) de maconha, além de apetrecho destinado à preparação e ao comércio de entorpecentes – balança de precisão –, consubstancia risco concreto à ordem pública, o que justifica o decreto prisional.*

2. *Não merece prosperar o pleito de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, visto que comprovadas a necessidade de acautelamento da ordem pública e a insuficiência das referidas medidas para tanto.*

3. *A discriminação, nos incisos I e II do art. 318-A, de hipóteses aptas a inviabilizar a concessão da medida em nada obsta que o julgador eleja, no caso concreto, outras excepcionalidades que justifiquem a não concessão da prisão domiciliar, desde que fundamentadas em reais peculiaridades que indiquem maior necessidade de acautelamento da ordem pública ou melhor cumprimento da teleologia da norma, na espécie, a integral proteção do menor.*

4. *A possibilidade de excepcionar a aplicação da prisão domiciliar é insita ao juízo de cautelaridade, que deve sempre guardar correspondência com a situação fática sub judice. 'É bom destacar que essa nova regra [art. 318-A do CPP] não implica reconhecer que a prisão domiciliar terá incidência irrestrita ou automática. Deve o julgador, como em todo ato restritivo de liberdade, proceder*

ao exame da conveniência da medida à luz das particularidades do caso concreto' (HC 157.084/ Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES).

5. ***O Juízo de primeiro grau, ao negar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, consignou que a Paciente estaria impondo risco ao seu filho, 'expondo o menor às constantes atividades ilícitas dentro da própria residência, onde foram apreendidos 24,800kg de maconha', fundamento que não se mostra inidôneo.***

6. *Por oportuno, cumpre registrar que, nos autos do HC n.º 166. 262/PB, impetrado pela Defesa contra a decisão que indeferiu o pedido liminar formulado neste writ, o Ministro ALEXANDRE DE MORAES, ao indeferir a ordem de habeas corpus, consignou que, '[a]valiado o caso concreto, os graves fatos imputados à paciente, tal como acima delineados, constituem, em juízo perfunctório, situação excepcional a obstar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar'.*

[...]

8. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (HC 482.057/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 28/06/2019, sem grifos no original.)

De outra parte, não prospera a alegação defensiva de que não houve alteração processual na condição da Paciente que justificasse a revogação da prisão domiciliar.

Com efeito, a despeito de concedida a prisão domiciliar no curso do processo-crime, verifica-se que, após encerrada a instrução criminal, o Magistrado singular ressaltou que ficou demonstrado o envolvimento da Paciente "*com facção criminosa (PCC)*" (fl. 132) e que a Ré morava, juntamente com seu filho de 8 (oito) anos de idade, no imóvel onde foram apreendidos **250 kg (duzentos e cinquenta quilos) de cocaína**, circunstâncias novas, aptas a justificar a revogação da prisão domiciliar na sentença condenatória.

E mais: consta do acórdão impugnado que a Acusada "***não reside mais no local indicado por ela, onde deveria cumprir sua prisão domiciliar, sem sequer deixar o endereço onde passaria a residir, demonstrando o descumprimento das condições que lhe foram impostas***" (fl. 27; sem grifos no original), o que corrobora a necessidade de revogação do benefício anteriormente deferido.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. CRIME DE TORTURA. AUSÊNCIA DE PROVA DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. CUSTÓDIA CAUTELAR DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. VÍTIMA IDOSA. MODUS OPERANDI DO DELITO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

4. ***Uma vez presentes os motivos para a custódia cautelar, não há óbice para a decretação da prisão preventiva do acusado que respondeu solto a todo o processo criminal. Precedentes.***

[...]

7. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 443.153/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 14/02/2020; sem grifos no original.)

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DOS RECORRENTES. ELEMENTO COLHIDO NO CURSO DA INSTRUÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.*

[...]

**2. 'As Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça admitem a negativa do direito de recorrer em liberdade àquele que respondeu solto durante a perseguição criminal, se presentes os motivos para a segregação provisória' (RHC 68.267/PA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 22/03/2017).**

**3. Recurso ordinário desprovido.**" (RHC 111.400/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 11/09/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora